

MEC aceita estender reajuste a professores de Primeiro Grau

Deputados concordam em votar gratificação até o dia 29

Hugo Marques

BRASÍLIA. O MEC cedeu mais uma vez e propôs ontem enviar dois projetos de lei ao Congresso, reajustando salários de servidores e de professores de Primeiro e Segundo graus lotados em instituições federais de ensino. O Governo não divulgou quais seriam os percentuais de ajuste. Parlamentares governistas e da oposição acordaram votar o projeto que concede gratificações entre 21% e 56% aos professores universitários na próxima quarta-feira e os outros dois projetos (que reajustam salários funcionários e dos docentes de Primeiro e Segundo graus) até dia 29 na Câmara, para que a matéria seja apreciada depois no Senado.

O MEC não abre mão da vinculação da gratificação a critérios produtividade.

— A gente vai atrapalhar o São Paulo de muitos parlamentares, assim esta greve é um problema avante para o país — disse o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-

PE), que participou das negociações com a oposição.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), reafirmou ontem que, mesmo que seja aprovada na Câmara, o projeto que cria a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) só será votada no Senado quando os professores suspenderem a greve. Ele concordou, no entanto, em não tentar obstruir o projeto na Câmara.

— Já tomei minhas providências em relação à votação na Câmara. Mas no Senado continuo com a mesma posição — disse Antônio Carlos.

Quem coordenou as negociações na Câmara em nome do Governo foi o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG). O parlamentar disse que o Governo e bancada no Congresso se comprometeram a mobilizar todos na Câmara e no Senado para votar o projeto que concede gratificação aos professores até quarta-feira e os dois projetos restantes até o dia 29, para que haja tempo de votar também no

Senado. Os projetos depois serão promulgados pelo presidente Fernando Henrique. A Lei Eleitoral proíbe que o Executivo reajuste salários de servidores públicos até três meses antes das eleições, o que leva a data-limite de promulgação para o 4 de julho. Aécio disse que os percentuais de reajuste dos servidores e dos professores de Primeiro e Segundo graus de instituições federais de ensino ainda serão discutidos nos próximos dias, inclusive nos finais de semana.

— Esta greve extrapolou os limites da racionalidade. O fim da greve ajudaria nas negociações no Congresso. Faço também um apelo para que acabem com a greve de fome — disse Aécio.

Todos os parlamentares ligados ao Governo ficaram ontem preocupados com a greve de fome dos professores da Universidade de Brasília. Ontem um professor, cujo nome não foi divulgado, passou mal e teve de ser atendido por cardiologistas. ■

COLABOROU Cristiane Jungblut